



PSD p. 7

PS opta por uma linguagem "inaceitável"



PSD p. 9

"Portugal à Frente" acolhe contributos eleitorais

POVO LIVRE



nº 1882

1 de Julho de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

INOVAÇÃO



O Primeiro-Ministro conversa com o administrador da Bosch de Braga, Sven Ost, durante a cerimónia da renovação da parceria entre a empresa alemã e a Universidade do Minho

Mais ambição e responsabilidade na zona euro



O Primeiro-Ministro português defende mais “ambição” para a proposta dos cinco presidentes para o aprofundamento da zona euro, caso de um orçamento próprio, e disse que referiu isso mesmo na recente cimeira europeia, em Bruxelas. “Tive ocasião de sinalizar que, apesar de o relatório conter bastantes pontos positivos, fica aquém do nível de ambição que achávamos necessário para a zona euro, sobretudo quando olhamos para o médio e longo prazo”, disse Pedro Passos Coelho aos jornalistas, sobre o “relatório dos cinco presidentes” com propostas para aprofundar a união económica e monetária.

O chefe de Governo explicou que, na perspectiva do Executivo, é importante não só concluir a união bancária e financeira mas também é necessário “um verdadeiro fundo monetário europeu” e que haja “capacidade orçamental própria para financiar reformas, apoiar o investimento e responder a choques à escala da zona euro”.

O relatório, divulgado no passado dia 22, é da responsabilidade do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, em cooperação com os líderes do Conselho Europeu, Donald Tusk, do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, do Banco Central Europeu, Mario Draghi, e do Parlamento Europeu, Martin Schulz, e defende, entre outras medidas, um Conselho Orçamental Europeu (para avaliar o desempenho dos orçamentos nacionais), um Fundo de Estabilização Orçamental para a área do euro (para amortecer o impacto de choques que tenham efeito em outros Estados-membros), um Sistema Europeu de Seguros de Depósitos comum (correspondente ao terceiro pilar de uma União Bancária) e um Tesouro da área do euro (que permitirá a tomada de decisões colectivas sobre tributação e repartição das despesas orçamentais).

Apesar de o documento ter estado na agenda oficial deste Conselho Europeu, a discussão foi curta devido à situação da Grécia, já que ainda decorrem as negociações com vista a um acordo que assegure o financiamento do país e evite o incumprimento (‘default’). Se as negociações com Atenas não chegarem a um acordo, o país entrar em ‘incumprimento’ e a Europa tiver de discutir um ‘plano b’, é provável que algumas das medidas que o relatório dos cinco presidentes agora defende, mas que prevê que sejam executadas gradualmente – entre Julho de 2015 e 2025 - tenham de ser aceleradas.

Realismo no número de refugiados a acolher por Portugal

O Primeiro-Ministro português defende realismo na meta do número de refugiados a acolher por Portugal, afirmando que o Governo quer um ajustamento dos critérios que indicam que o país deverá acolher 2.400 pessoas. “Portugal manifestou já o seu apoio a uma abordagem solidária entre os Estados-membros, mas sinalizamos que precisamos de ter em conta um melhor ajustamento dos critérios usados pela Comissão Europeia, de modo a haver mais realismo, um melhor adequação à realidade nacional”, afirmou Pedro Passos Coelho.

A Agenda para a Migração foi um dos temas que dominou o conselho europeu destas quinta e sexta-feira, em Bruxelas, com a reunião a dedicar várias horas à discussão da proposta da Comissão Europeia para o acolhimento de migrantes, o que motivou mesmo intervenções emocionais, caso da do primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi, devido a vários países rejeitarem quotas obrigatórias de

acolhimento de refugiados.

No final, os chefes de Estado e de Governo dos 28 aprovaram repartir entre si 60 mil refugiados nos próximos dois anos. Desses, 40.000 refugiados da Síria e Eritreia que estão na Grécia e na Itália serão realocizados pelos países da UE, que receberão ainda temporariamente 20 mil refugiados que estão hoje em situações de emergência, sobretudo no norte de África, no Corno de África e no Médio Oriente.

No entanto, os Governos dos 28 aceitaram apenas que o acolhimento desses refugiados seja feito com base em quotas voluntárias, rejeitando a proposta da ‘Comissão Juncker’ de quotas obrigatórias, com o número de pessoas a acolher definido à partida.

O método de repartição dos migrantes será agora discutido e decidido em Julho pelos Ministros do Interior, com o primeiro-ministro português a dar conta então de que o seu Executivo quer uma adequação dos critérios que definem a meta de quantos refugiados cada país deverá acolher, o que poderá levar à redução do número de migrantes a acolher por Portugal.

A proposta da Comissão Europeia, apresentada em maio, estima que Portugal deverá receber 1.701 refugiados ao abrigo do mecanismo de realocação e 704 pelo mecanismo temporário de reinstalação.

Bruxelas chegou aos números de Portugal, como dos outros Estados-membros, através de quatro critérios: Produto Interno Bruto (PIB), população total, os critérios principais (com uma ponderação de 40 por cento cada um), e ainda taxa de desemprego e refugiados já acolhidos (com uma ponderação de 10 por cento cada um).

Passos Coelho considera “falsa questão” alegada diferença de tratamento face a Portugal

As queixas da Grécia sobre alegadas diferenças de tratamento por parte dos credores comparativamente a Portugal e à Irlanda são “uma falsa questão”, pois Atenas tem beneficiado de uma “flexibilidade muito maior”. Numa conferência de imprensa no final de um Conselho Europeu que ficou marcado pelo impasse em torno das negociações entre o governo grego e os credores, o primeiro-ministro, dia 26, Pedro Passos Coelho declarou que os comentários do Primeiro-Ministro grego, Alexis Tsipras, sobre as medidas propostas por Atenas constituem uma falsa questão. “Nem a Irlanda nem Portugal beneficiaram de tal flexibilidade nas negociações com a ‘troika’. Tudo aquilo que eram objectivos que estavam no segundo programa da Grécia foram largamente abandonados. Não foram marginalmente alterados, como foi no nosso caso, foram largamente abandonados”, enfatizou.

Rejeitando assim a ideia de “uma discriminação negativa em relação à Grécia”, Passos Coelho opinou que, “antes pelo contrário”, até é possível constatar que, “tem havido, por razões que são compreensíveis, pois a Grécia tem revelado outros problemas, uma flexibilidade muito maior do que aquela que existiu” com os casos de Portugal e Irlanda.

Passos Coelho indicou que as “instituições estão muito firmes quanto à ideia de que, sem uma dimensão estrutural adequada e sem estabilidade financeira, a questão orçamental só por si não resolverá a situação da recuperação da economia grega”. “O que as instituições nos comunicaram é que trabalhavam com a possibilidade de haver extensão de seis meses do programa que habilitasse a endereçar devidamente esses problemas. Se forem bem respondidos, então haverá abertura para que outros aspectos possam vir a ser considerados no fim desse prazo, quer no que respeita à sustentabilidade da dívida, quer no que respeita à garantia de financiamento ulterior se isso for necessário”.





Inovação

Os portugueses devem “olhar para o mundo com ambição”, integrando a economia nacional numa vertente global e não apenas na portuguesa ou na europeia. “Se queremos realmente olhar para o mundo com ambição, precisamos de nos agigantar de certa maneira, de não achar que as coisas estão fora do nosso alcance”, afirmou o Primeiro-Ministro, durante uma conferência/jantar sobre “Oportunidades de investimento empresarial na cidade-região de Viseu”, segunda-feira.

Na opinião de Passos Coelho, Portugal tem “grandes investidores, grande capacidade de gestão, quadros com grande qualificação” e, por isso, “não há nenhuma razão para não inovar, investigar e investir com muita qualidade, crescendo a ritmos, a taxas muito mais fortes do que no passado”. “O que não podemos é dispersar-nos com teorias que prometem o céu e facilidade, quando, na verdade, o que nós precisamos é de focar a nossa atenção, os nossos recursos e a nossa sabedoria numa estratégia clara que possa responder favoravelmente àquilo que são as nossas limitações internas e as oportunidades que temos lá fora”.

Dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, o Primeiro-Ministro mostrou-se satisfeito por saber que a maior parte dos contratos para investimentos no concelho feitos recentemente estão “a olhar para o mercado externo”. Passos Coelho sublinhou que deveria ser assim em todo o país, porque “o mercado externo é muito maior” e permite “sonhar muito mais alto do que o mercado interno”. “Qualificaremos melhor o nosso mercado interno se olharmos, de facto, para a eco-

nomia global e não apenas para a economia portuguesa ou para a economia europeia”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro referiu que, actualmente, Portugal consegue “exportar mais significativamente do que há quatro e cinco anos”, o que considerou “uma vitória grande para a economia portuguesa e para os portugueses”.

No seu entender, isso aconteceu graças à necessidade, “porque com a crise os empresários tiveram de se voltar ainda mais para o exterior”, e também “porque a maior parte dos empresários percebeu que mesmo que um dia o mercado interno retomasse, havia um mundo lá fora muito importante” para onde dirigir as suas ambições. “Porquê ficar a olhar para um mercado de seis ou de dez milhões de consumidores, se temos o mundo inteiro para poder olhar”, questionou.

Segundo Passos Coelho, “a necessidade hoje já não é tão grande e tão premente como há quatro e cinco anos e, no entanto, há empresários que não se esqueceram dos novos caminhos de exportação que conheceram”. “Já não querem estar a perder tempo só com o mercado interno, querem alargar as perspectivas de exportação”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro postulou também que é preciso “reequilibrar um pouco mais os pratos da balança” em termos do crescimento do país. “Ao longo dos últimos anos, Portugal tem registado um crescimento muito desigual. Além de anémico, muito desigual”, considerou, acrescentando que esse reequilíbrio se consegue “gerando

qualidade na liderança local, na liderança regional”.

Em Braga, na sessão de encerramento da primeira fase de um projecto de I&D desenvolvido nos últimos dois anos pela Bosch Car Multimedia Portugal e pela Universidade do Minho, o Primeiro-Ministro afirmou que a taxa de desemprego registada em Abril “compara muitíssimo bem” com a que se verificava no mesmo mês de 2014. “O último dado mais firme de que dispomos [relativo a Abril] compara muitíssimo bem com o de há um ano atrás, em termos homólogos”, referiu Pedro Passos Coelho.

Segundo números do Instituto Nacional de Estatística (INE), a estimativa provisória da população desempregada para Maio é de 676,8 mil pessoas. “Em maio de 2015, a estimativa provisória da taxa de desemprego foi de 13,2 por cento, o que se traduz num aumento de 0,4 pontos percentuais em relação ao mês anterior, para o qual contribuiu o acréscimo da população desempregada e o decréscimo da população empregada”, lê-se no documento do INE. Para o Primeiro-Ministro, Portugal deve, por isso, apostar num emprego “menos precário e mais qualificado”, tendo a inovação e a investigação como palavras-chave.

“Todos os indicadores” apontam para défice de 2,7 por cento em 2015

De acordo com Pedro Passos Coelho, “todos os indicadores” apontam para que a meta do défice orçamental



de 2,7% em 2015 seja alcançada, mas admitiu que “há riscos”. “Não há nenhum elemento hoje que nos leve a pensar que a nossa meta está em causa”, referiu.

Reagindo a esta nota da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), o Primeiro-Ministro sublinhou que todos os indicadores apontam para o cumprimento da meta do défice. “Para o Governo, é uma questão fundamental ficar com um défice claramente abaixo dos 3 por cento este ano, e todos os indicadores que temos apontam para que esse resultado seja obtido”, apontou.

Admitiu, no entanto, que há riscos de incumprimento, nomeadamente por se tratar de um ano de eleições, em que a responsabilidade pela execução orçamental não pode ser plenamente assacada a um Governo, que termina o seu mandato antes do final do ano. “Há riscos, o Governo nunca disse que não havia riscos, mas os números que têm vindo a ser conhecidos da execução orçamental, mês após mês, vêm sempre apontando para a redução do défice”.

“Ninguém pode dizer que está imune” ao que acontecer na Grécia

Pedro Passos Coelho considerou que “ninguém pode estar imune àquilo que possa vir a acontecer” na Grécia, mas sublinhou que Portugal “não será apanhado desprevenido”. Segundo Passos Coelho, Portugal, do ponto de vista do financiamento do Estado, tem condições para, “durante vários meses”, enfrentar uma eventual volatilidade dos mercados. Comparando com o que se passou em 2010 e 2011, Passos Coelho sublinhou que, nessa altura, Portugal “estava extremamente vulnerável”, pelo que precisou de pedir ajuda externa, “num ambiente de grande restrição financeira”. “Hoje estamos melhor do que nesse período, não estamos tão vulneráveis”, afirmou.

Em relação à Grécia, o Primeiro-Ministro defendeu que se deve “continuar a apostar em criar condições” para que se possa manter dentro do euro e encontrar soluções

para os problemas que enfrenta. “Tanto quanto possível, é importante politicamente a Europa manter uma grande aposta neste grande projecto comum. Não é um projecto ‘à la carte’, em que hoje um país hoje decide que fica e amanhã decide que sai”, acrescentou.

Governo está “de consciência tranquila” com as privatizações

Comentando uma auditoria do Tribunal de Contas, o

chefe do Executivo garantiu que Governo está “de consciência tranquila” em relação aos processos de privatização da REN e da EDP. Para o Primeiro-Ministro, algumas das contas do TdC são feitas “de uma forma muito parcial”. Passos Coelho aludiu, nomeadamente, ao facto de o TdC ter chamado a atenção para o facto de o Estado, ao ter vendido aquelas empresas, “ter deixado de receber” os lucros que as mesmas distribuiriam nos próximos anos. Para o Primeiro-Ministro, as contas não podem ser feitas dessa forma, já que aos valores que o Estado vai deixar

de receber há que contrapor o que o mesmo Estado pagaria se tivesse de recorrer aos mercados para conseguir o encaixe financeiro resultante das privatizações. “E nós precisávamos de obter esse encaixe financeiro para abater à dívida pública. Se tivéssemos de recorrer a mercado, que na altura estava bastante fechado para Portugal, para obter esse financiamento, teríamos pago juros muito elevados. E isso o TdC não teve em linha de conta quando fez essas contas”.



Bosch e Universidade do Minho investem 50 milhões de euros em projecto para multimédia automóvel



A multinacional Bosch e a Universidade do Minho (UMinho) pretendem contratar 90 engenheiros e 165 bolseiros para a segunda fase de um projecto de investigação e desenvolvimento (I&D), avaliada em 50 milhões de euros. Em comunicado, a Bosch acrescenta que a candidatura a fundos do Compete já foi entregue, estando previsto para finais de 2015 o arranque da segunda fase daquele projecto I&D. Um projecto que tem como objectivo encontrar soluções multimédia avançadas para a indústria automóvel e “potenciar a cultura de inovação exportada pelo grupo [Bosch] a partir de Portugal para todo o mundo”. A primeira fase do projecto decorreu nos últimos dois anos, num investimento de 19 milhões de euros. Neste período, foram desenvolvidos 14 projectos de investigação e registadas 10 patentes. “A Bosch em Braga apostou em força em I&D porque acredita que este é o melhor caminho para afirmar as suas competências no seio do grupo e adaptar o seu portefólio de produtos às necessidades futuras do mercado mundial de multimédia automóvel”, afirmou o administrador, Sven Ost.

PS opta por uma linguagem “inaceitável”



O vice-presidente coordenador do PSD apela a uma moderação da linguagem pelos socialistas, que acusou de, nos últimos dias, terem “ultrapassado largamente” o “aceitável” num partido com as “responsabilidades institucionais” do PS. Em conferência de imprensa na sede do PSD, em Lisboa, Marco António Costa sublinha que o secretário-geral do PS, António Costa, fez votos de uma “menor crispação” quando apresentou cumprimentos aos sociais-democratas após tomar posse. “Acontece que o PS nos últimos dias tem usado e abusado de uma linguagem que ultrapassa largamente o que é aceitável num partido do arco da governabilidade e com as responsabilidades institucionais que o PS tem na democracia portuguesa”, declarou, referindo-se nomeadamente à acusação de que o Primeiro-ministro mentiu no parlamento sobre a situação dos portugueses mais vulneráveis.

Para Marco António Costa, aquilo que o Primeiro-Ministro e presidente do PSD mencionou no debate quinzenal “é corroborado pela realidade dos factos”, acusando os

socialistas de usarem expressões e formular acusações “sem as fundamentar”.

Marco António Costa referiu-se também às afirmações do secretário nacional socialista João Galamba. O porta-voz social-democrata pediu a João Galamba que “reflecta sobre o que se passou em 2009”, quando se baixaram impostos, aumentaram funcionários públicos e as prestações sociais, para, logo a seguir às eleições, “o mesmo Governo do PS cortou muitas dessas medidas ou removeu muitas das que tinham sido tomadas”.

“Sobre comportamentos erráticos e atitudes que são tomadas antes das eleições e depois das eleições tem muito para reflectir o PS quando lança este tipo de acusações”, afirmou.

Questionado sobre se responsabiliza directamente António Costa pela linguagem e teor destas acusações, Marco António Costa respondeu: “Se não é o doutor António Costa

que está a usar estas expressões, elas estão a ser usadas por dirigentes muito próximos dele e que seguramente só as usam porque, de alguma forma, sentem um conforto do secretário-geral do PS para usar este tipo de linguagem”.

Afirmando não saber “o que terá provocado” este comportamento e dizendo querer acreditar não ser motivado por algum “nervosismo” pelas sondagens, o vice-presidente do PSD fez um “apelo muito sério para que seja moderada a linguagem” e rebateu as acusações sobre o emprego.

Marco António Costa afirmou que, apesar de o desemprego ter crescido a seguir ao pedido de ajuda externa, tem vindo a decrescer “de forma sustentada”, passando de 17,5 por cento para os atuais cerca de 13 por cento. “Hoje há menos desempregados do que existiam em 2011 quando foi anunciado o resgate e sabemos que a taxa de protecção social de desempregados, isto é, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego que



dispõem de qualquer tipo de apoio social, de protecção social, ou que estão envolvidos em medidas activas de emprego está 7 por cento acima daquilo que aconteceu no passado”.

Segundo Marco António Costa, “há muito mais portugueses protegidos por acção do Estado do que em 2011”.

Associação Nacional de Farmácias prepara projecto de responsabilidade social

O porta-voz do PSD revelou ainda, no final de uma reunião com a Associação Nacional de Farmácias, na sede da associação, dia 23, que a ANF pretende apresentar “um projecto de natureza de responsabilidade social”, sem avançar detalhes. Marco António Costa apontou esta intenção como exemplo de uma “consciência cívica crescente das organizações” que, no seu entender, foi “algo que se conquistou” nestes últimos anos e não se pode perder.

“A ANF tem a ambição de poder apresentar um projecto de responsabilidade social que visa criar uma resposta de natureza social mais ampla a nível nacional sendo as farmácias pontos focais dessa solidariedade e dessa responsabilidade social”, declarou.

Segundo o vice-presidente e porta-voz do PSD, nesta reunião, solicitada pela ANF, esta associação “apresentou um ponto da situação da readaptação que o sector teve de assumir nestes anos difíceis que o país atravessou”.

Questionado se neste encontro foi discutido o programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP para o sector da saúde, Marco António Costa recordou que esse trabalho está nas mãos do dirigente social-democrata José Matos Correia e da dirigente centrista Assunção Cristas. O porta-voz do PSD acrescentou apenas que as opiniões recebidas em reuniões como esta “são elementos que são carreados para as equipas de trabalho” dos dois partidos.

Governo melhorou regras do subsídio de desemprego

De acordo com Marco António Costa, as actuais regras do subsídio de desemprego decorrem do programa de resgate assinado pelo PS e só não são piores, porque o Governo conseguiu melhorá-las em negociação com a ‘troika’. Marco António Costa comentou desta forma os dados divulgados pela Segurança Social segundo os quais o número de beneficiários de apoios em situação de desemprego é o mais baixo desde 2009 e o valor médio do subsídio também tem vindo a diminuir.

O dirigente social-democrata acusou o PS de querer “passar uma esponja na responsabilidade política que tem” e convidou os socialistas a revisitarem o texto do programa de resgate assinado em 2011 com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. “Convidamos a que revisitem o que estava inscrito no memorando relativamente ao subsídio de desemprego e aquilo que ficou depois definido nas negociações que conseguimos. Nós fomos para além da ‘troika’, é verdade: conseguimos impor à ‘troika’ uma solu-

ção mais favorável para os portugueses do que aquela que o PS tinha assinado”, declarou o vice-presidente do PSD.

Questionado sobre os dados da Segurança Social sobre a evolução do subsídio de desemprego, o vice-presidente do PSD começou por responder que “isso tem uma origem, e a origem chama-se memorando de entendimento, e só não é pior porque este Governo conseguiu negociar uma modelação daquilo que tinha sido assinado pelo Governo do PS”.

Segundo Marco António Costa, estava previsto “um prazo máximo de modelação do subsídio de desemprego nos 18 meses”, e o executivo PSD/CDS-PP conseguiu “modelar essa situação para os casos em que havia pessoas com mais idade e mais anos de descontos terem a possibilidade de beneficiar de mais anos de subsídio de desemprego”. “No que diz respeito ao valor, também conseguimos uma negociação mais equilibrada do que aquilo que estava previsto”, alegou, referindo ainda que “o PS previa no memorando de entendimento que assinou a possibilidade de todas as transferências sociais virem a ser taxadas em sede de impostos, uma taxa que poderia rondar os 10 por cento”. “Isso tem criado sempre um grande incómodo quando nós suscitámos esta matéria no debate político, porque o PS quer passar uma esponja na responsabilidade política que tem nas dificuldades que os portugueses passaram nos últimos anos. Nós não queremos reavivar essa discussão, mas não podemos é deixar que reescrevam a história de uma forma completamente falaciosa”, acrescentou.

“Portugal à Frente” acolhe contributos eleitorais



José Matos Correia e Assunção Cristas, responsáveis pela coordenação do programa eleitoral da coligação “Portugal à Frente”, acolheram dezenas de respostas a sugestões e perguntas feitas através do Facebook, no passado sábado, entre as 11h00 e as 13h00. A Segurança Social, a liberdade de escolha na educação e alterações ao sistema político associadas a uma revisão da Constituição foram alguns dos temas abordados durante esta conversa “online” com os eleitores.

Em resposta a um eleitor que defendeu uma “reforma urgente” da Segurança Social, Matos Correia e Assunção Cristas referiram que “no actual Programa de Governo já estava previsto um sistema de plafonamento voluntário com contribuições para o sistema público e o excedente para um regime privado ou mutualista assente numa base de livre escolha”.

A coligação recebeu também sugestões de revisão da Constituição da República Portuguesa e propostas de alteração do sistema político. Na resposta, Matos Correia e Assunção Cristas afirmaram: “A qualidade do sistema político, a sua representatividade, o reforço da ética democrática e a ligação entre os detentores de cargos políticos e os cidadãos - em nome dos quais exercem os seus mandatos - são questões que estão no cerne da nossa reflexão”. “A próxima legislatura poderá abrir um processo de revisão constitucional ordinária que não poderá passar ao lado deste debate”, defenderam.

No âmbito da educação, consideraram que é “fundamental garantir a qualidade da escola pública”, acrescentando: “Adicionalmente pretendemos criar mecanismos que permitam uma maior liberdade de escolha”.

No que respeita à saúde, perante apelos a um alargamento da ADSE, escreveram que “está a ser considerada a



abertura da ADSE aos funcionários públicos das empresas” e que “este alargamento não poderá nunca prejudicar os atuais beneficiários” desse subsistema de saúde dos funcionários públicos.

Na página do Facebook da coligação “Portugal à Frente”, os dois dirigentes pediram propostas de medidas de apoio à natalidade e disseram que estão “a estudar a prestação do abono de família”, no âmbito da elaboração do programa eleitoral.

A redefinição das funções do Estado foi outro dos temas abordados. Em diálogo com um eleitor, os coordenadores do programa eleitoral pediram igualmente sugestões sobre esta matéria: “Ao nível da reforma do Estado quais são as áreas prioritárias?”

A propósito do combate ao desemprego, uma eleitora desempregada protestou contra os estágios, considerando que “não resolvem nada, pelo contrário”, e pediu o fim desse tipo de medidas. Os dirigentes da coligação discordaram: “Os estágios têm um nível de empregabilidade de 70 por cento. Claro que por si só, não são a resposta ao desemprego. Mas são uma ajuda”. “Felizmente, na criação de emprego que temos vindo a assistir, 1 em cada 3 postos de trabalho são sem termo. Ou seja, para os quadros da empresa, não precários. Com a retoma a que temos vindo a assistir é natural que as empresas possam vir a contratar mais”.

A apresentação do programa eleitoral ocorrerá oportunamente.



Miguel Poiares Maduro em Mação

“Maioria oferece esperança”



O ministro Poiares Maduro considera que a coligação PSD/CDS oferece uma esperança nova, assente em bases sólidas, tendo afirmado que o líder do PS é um malabarista político, que diz sempre o que é mais popular. “Nesta legislatura, introduzimos profundas reformas ao mesmo tempo que conseguimos tirar o país da bancarrota e a colocá-lo no rumo do desenvolvimento, oferecendo uma esperança nova aos portugueses que assenta numa recuperação económica com sustentabilidade, sem deseque-

librios externos e com um excedente comercial”, lembrou o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, num discurso proferido em Mação, sobre a Reforma do Estado, Descentralização e Coesão Territorial, 23 de Junho.

O ministro sublinhou que a coligação oferece actualmente “uma esperança assente em bases sólidas”, porque fez “o que era necessário fazer e não o que era mais fácil”. “Hoje, estamos preparados para lidar e resistir a eventuais dificuldades que possam decorrer da situação da Grécia”,

vincou Poiares Maduro, num discurso em que o PS e António Costa foram muito criticados, tendo aquele partido sido apontado como o principal opositor nas eleições legislativas que se vão realizar em Portugal, este ano.

Segundo o governante, António Costa tem lidado com a questão grega, bem como com outras matérias, dizendo sempre aquilo “que acha que é mais popular” e não aquilo em que acredita, afirmando que esta “é a sua estratégia política”. “Isso faz com que [para o líder do PS] um dia a estratégia do Syriza seja a estratégia a seguir e no dia seguinte - se perceber que se calhar as coisas podem correr mal - já não é a estratégia a seguir, já é a estratégia tonta”, criticou Poiares Maduro.

“Confesso que às vezes fico eu próprio com tonturas, com os malabarismos políticos que o dr. António Costa está a conseguir ter neste período”, acrescentou.

Na sua intervenção perante uma plateia composta por muitos autarcas, empresários, professores, médicos, militantes e simpatizantes do PSD e do CDS-PP, Poiares Maduro elogiou o trabalho do Governo em “contexto de bancarrota”, tendo afirmado que agora, “depois de devolver o rumo certo” aos portugueses, há reformas que “só numa segunda legislatura poderão ser feitas”, dando o exemplo do “reforço dos recursos humanos na administração pública”.

Por outro lado, o governante destacou ainda, sobre o novo quadro comunitário de apoio, os “concursos específicos para as regiões de baixa densidade populacional”, com investimentos exclusivos para este tipo de territórios”.

Luís Marques Guedes, ministro da Presidência e Assuntos Parlamentares, também presente no debate, disse, por sua vez, que “o principal ganho dos últimos quatro anos foi a alteração profundíssima de como os cidadãos olham hoje para o Estado”. “O PS sempre tratou o Estado como uma courela sua e gastava à tripa forra, até que chegaram as facturas para pagar. Hoje, os portugueses têm a noção exacta de como um Governo deve gerir o bem comum, que é pago por todos nós, e esse é o maior ganho: ter cidadãos mais exigentes com o Estado, contra o facilitismo e despesismo, que é para onde o PS nos quer voltar a arrastar”.

Mais de cinco mil empresas dão formação profissional a jovens



Cerca de 44 por cento dos alunos do ensino secundário encontram-se em vias profissionalizantes e mais de cinco mil empresas estão a colaborar na formação dos jovens. Na conferência “Qualificação Profissional - Competitividade - Crescimento económico”, promovida pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, dia 23 de Junho, Nuno Crato adiantou que o ensino profissional teve “um novo impulso” nos últimos três anos em Portugal com a assinatura de um acordo com a Alemanha para a promoção do ensino profissionalizante.

Também presente na conferência, a ministra da Educação e Investigação alemã, Johanna Wanka, destacou a importância deste acordo para promover a formação profissional em regime dual, que combina dois locais diferentes de aprendizagem: sala de aula e empresa. Para Johanna Wanka, o regime dual poderá ser, a longo prazo, “um bom meio para lutar contra o desemprego jovem”, reconhecendo que é difícil angariar microempresas para dar formação profissional.

À margem da conferência, o ministro da Educação e Ciência especificou que Portugal está a perceber “as grandes vantagens” do modelo alemão e está a envolver as empresas na formação profissional dos jovens, um caminho que está a ser feito com a ajuda das autarquias e dos institutos politécnicos. “Há já um caminho feito e há um grande número de empresas que aderiram, desde as grandes empresas, como a EDP e a Sonae, até pequenas empresas que têm colaborado connosco”, afirmou Nuno Crato.

Para o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, que também participou na conferência, a formação e a qualificação profissional são factores essenciais para um “crescimento sustentado da economia e do emprego”. “Neste momento, Portugal tem de fazer uma grande aposta na educação dos seus

jovens mas também na qualificação dos seus activos”, defendeu Mota Soares.

Neste âmbito, o ministro lembrou a medida cheque formação, uma modalidade de financiamento directo da formação a atribuir às empresas, aos activos empregados e aos activos desempregados inscritos na rede de centros de emprego e centros de emprego e formação profissional do Instituto do Emprego e Formação profissional (IEFP).

Mota Soares explicou que, pela primeira vez, podem

ser as empresas, os trabalhadores, os desempregados a “escolher a formação que acham que é melhor para aquela empresa, para a sua carreira profissional e que os ajuda a chegar mais rapidamente ao mercado de trabalho”.

“Pagamos até 90 por cento da formação com o máximo de 25 horas e no caso dos desempregados será pago a 100 por cento com o máximo de 150 horas”, sublinhou, defendendo que “a aposta na qualificação e formação dos portugueses é essencial para termos um crescimento sustentado da economia e do emprego”.



Privatização da TAP assegura a viabilidade da companhia aérea



A privatização da TAP “é a única solução” para assegurar a viabilidade da empresa. De acordo com a ministra das Finanças, que participava na cerimónia de assinatura do contrato de venda de 61 por cento do grupo ao consórcio Gateway, dia 24, “Tendo em conta as persistentes dificuldades financeiras da empresa e as restrições legais da União Europeia à recapitalização de uma empresa pública, a privatização é a única solução para assegurar a viabilidade da TAP, da forma como a conhecemos hoje”.

Maria Luís Albuquerque sublinha que a viabilidade da empresa “é condição para garantir a continuidade do serviço público e preservar o valor estratégico” que a companhia representa para a economia nacional. “A venda da TAP é muito mais do que um novo sucesso no programa de privatizações, marca um verdadeiro momento de viragem”, destacou.

Maria Luís Albuquerque explicou, a este propósito, que a privatização da TAP “não teve como objectivo central o cumprimento do plano original do programa de privatizações, nem mesmo a obtenção de um encaixe adicional para o Estado”.

A governante destacou “o mérito” da proposta vencedora, sobretudo pela contribuição que representa para o reforço da capacidade económico-financeira da TAP. “Esta parceria assegura que pelo menos durante 10 anos a TAP se manterá como companhia de bandeira, com sede e direcção em Portugal, continuará a promover as fundamentais ligações à lusofonia e preservará as obrigações de serviço público”. Razões que levam Maria Luís Albuquerque a dizer que Portugal continuará “a beneficiar da decisiva posição geoestratégica”, mantendo-se como “plataforma privilegiada de ligação” entre a Europa e os restantes continentes, o que significa que a TAP continuará a contribuir “de forma determinante para a dinamização do turismo em Portugal, divulgação da cultura portuguesa e a intensificação das relações empresariais com o exterior”.

Maria Luís Albuquerque garantiu também que a TAP manterá “um papel decisivo” na continuação do crescimento da economia do país e destacou que o consórcio vencedor assumiu todos os compromissos em vigor na empresa em matéria laboral, como a preservação de postos de trabalho e a potencial criação de emprego.



A ministra das Finanças destacou ainda que “a privatização é mais uma prova de que o empenho reformista do Governo se mantém com a mesma força e se traduz em resultados”. “A privatização da TAP é mais um passo num caminho que sabemos ser o certo”.

O contrato de venda da TAP com o agrupamento vencedor foi assinado no Ministério da Finanças, em Lisboa. A 11 de Junho, o Governo aprovou a venda de 61 por cento do capital social da TAP ao consórcio Gateway, do empresário norte-americano David Neeleman e do empresário português Humberto Pedrosa - um dos dois finalistas do processo de privatização da transportadora aérea portuguesa.

Humberto Pedrosa: Fazer da TAP “a melhor companhia aérea da Europa”

O empresário português Humberto Pedrosa, que integra o consórcio que venceu a corrida à privatização da TAP, afirmou, por sua vez, que quer tornar a companhia aérea na melhor da Europa e que está nos negócios “para ficar”. O dono do grupo Barraqueiro sublinhou que ser “um dia muito importante para Portugal”, porque “se firma um compromisso de crescimento (...) com base no histórico empresarial de dois parceiros com provas dadas de sucesso e credibilidade”. “Estamos nos negócios para ficar”, salientou Humberto Pedrosa na cerimónia de assinatura

do contrato de venda da TAP, no Ministério das Finanças, garantindo que ambos são fiéis às empresas que criam.

Garantiu ainda que os empresários estão apostados em fazer crescer a TAP num projecto de longo prazo, ambicioso, “mas sólido e realista” e que querem fazer da companhia “a melhor da Europa”.

Para Humberto Pedrosa, garantir que o centro de decisão da companhia continua em Lisboa foi um factor decisivo para participar neste projecto: “Posso garantir com orgulho que a TAP é efectivamente portuguesa”.

Sobre David Neeleman, considerou que “é a pessoa certa para garantir que a TAP continuará a ser a empresa bandeira” portuguesa, pois ambos partilham “uma visão de crescimento e futuro para a TAP” e que não passa apenas pela capitalização da transportadora.

Finalmente, o empresário David Neeleman anunciou que quer reforçar as ligações da companhia com os Estados Unidos e o Brasil. O empresário reiterou que ambiciona criar mais dez destinos para os Estados Unidos da América (EUA) e oito a dez no Brasil e prometeu que vai “fazer tudo” para reforçar o capital da empresa, comprar mais aviões e “tratar bem as pessoas”, que considerou o principal activo da TAP. Salientou ainda que a TAP é uma empresa muito importante para Portugal e que, por isso, quando o Governo pediu 30 anos de compromisso para o ‘hub’ (centro de operações) permanecer em Portugal, respondeu: “Podemos dar 100 anos”.

89 novos Espaços do Cidadão estarão a funcionar em Julho

O ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, revelou que vão estrear 89 novos Espaços do Cidadão durante este mês de Julho, somando 250 em funcionamento, estando já contratualizados 800 locais em todo o país. Poiars Maduro, que falava em Algés, na inauguração do quarto e último Espaço do Cidadão no concelho de Oeiras, adiantou que Portugal conta já com 161 espaços. “São espaços onde os cidadãos podem tratar de mais de 140 serviços de 15 entidades da administração pública e que leva a que, por exemplo, aqui em Oeiras, haja já um atendimento diário de 70 pessoas”, afirmou.

Segundo o ministro, os Espaços do Cidadão permitem “levar a administração pública de forma mais

simples e acessível aos cidadãos”, de acordo com uma “nova lógica de funcionamento da administração pública, mais integrada e em estreita ligação com os municípios”. “É precisamente porque este projecto se insere numa lógica inovadora, que estes Espaços do Cidadão foram seleccionados como um projecto de inovação no sector público para a OCDE. É um factor de reconhecimento e qualidade da inovação deste projecto”, sustentou.

Sobre o investimento do Estado neste projecto, Poiars Maduro frisou que “são poucos milhões”, uma vez que os espaços beneficiam de uma plataforma digital comum e da cooperação dos municípios. “Os espaços do cidadão estão instalados em espaços cedidos pelos municípios, portanto os custos são sobretudo ao nível da formação dos

funcionários e do equipamento básico”, acrescentou.

Poiars Maduro destacou ainda que a rede de Espaços do Cidadão pretende ser “complementar e não de substituição” às Lojas do Cidadão. O ministro apontou também que os principais serviços procurados são a alteração da morada no cartão de cidadão, a renovação da carta de condução, a apresentação de despesas médicas na ADSE e o pedido de registo criminal.

O Espaço do Cidadão de Algés é o quarto e último a abrir no concelho de Oeiras, que conta já com outros balcões em funcionamento em Oeiras, Carnaxide e Linda-a-Velha.

CPLP deve aproveitar investimentos na energia

O ministro do Ambiente e da Energia incentivou a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) a aproveitar os cerca de 19 biliões de euros de investimento previsto para os próximos anos a nível mundial na área da energia. Jorge Moreira da Silva, que falava na abertura da Conferência Energia para o Desenvolvimento da CPLP, no Estoril, afirmou que se estima “uma necessidade de investimento de 21 biliões de dólares (19 biliões de euros) para as redes de energia, para a eficiência energética e para as energias renováveis”, pelo que os países da CPLP não podem “deixar de olhar para este quadro muito ambicioso de investimento disponível para a área da energia, tanto na sua descarbonização como da segurança e competitividade”.

O ministro acrescentou que “está em curso uma verdadeira revolução tecnológica na área da energia, não apenas na área das energias renováveis, mas também na prospecção na área dos hidrocarbonetos”, sendo que “todos os estudos apontam para investimentos muito significativos” no sector.

“Ainda recentemente a Agência Internacional de Energia apresentou dados que apontam para que as energias renováveis e a electricidade serão o principal elemento do ‘mix’ energético no prazo de 15 anos”, frisou.





Apesar de grande parte dos países da CPLP terem grandes reservas de hidrocarbonetos, Moreira da Silva aconselhou as nações, incluindo Portugal, a “encontrar uma resposta eficiente, abrangente, inclusiva e ambiciosa para os desafios das alterações climáticas”.

O ministro do Ambiente e da Energia incentivou a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) a aproveitar os cerca de 19 biliões de euros de investimento previsto para os próximos anos a nível mundial na área da energia. Jorge Moreira da Silva, que falava na abertura da Conferência Energia para o Desenvolvimento da CPLP, no Estoril, afirmou que se estima “uma necessidade de investimento de 21 biliões de dólares (19 biliões de euros) para as redes de energia, para a eficiência energética e para as energias renováveis”, pelo que os países da CPLP não podem “deixar de olhar para este quadro muito ambicioso de investimento disponível para a área da energia, tanto na sua descarbonização como da segurança e competitividade”.

O ministro acrescentou que “está em curso uma verdadeira revolução tecnológica na área da energia, não apenas na área das energias renováveis, mas também

na prospecção na área dos hidrocarbonetos”, sendo que “todos os estudos apontam para investimentos muito significativos” no sector.

“Ainda recentemente a Agência Internacional de Energia apresentou dados que apontam para que as energias renováveis e a electricidade serão o principal elemento do ‘mix’ energético no prazo de 15 anos”, frisou.

Apesar de grande parte dos países da CPLP terem grandes reservas de hidrocarbonetos, Moreira da Silva aconselhou as nações, incluindo Portugal, a “encontrar uma resposta eficiente, abrangente, inclusiva e ambiciosa para os desafios das alterações climáticas”.

O ministro fez ainda uma antevisão da conferência sobre as alterações climáticas, que irá decorrer em Paris em Dezembro, afirmando que os países da CPLP têm de “encontrar uma resposta à altura das responsabilidades”, sendo que está ao alcance.

“Tenho uma grande esperança na cimeira de Paris, em especial porque já não existe disputa no plano científico, existe mesmo uma vontade bastante alargada nesta matéria. Basta verificar que 100 países à escala global, representando

80 por cento das emissões de gases, já apresentaram objectivos vinculativos das emissões”, observou.

Referindo-se a Portugal, o ministro disse que o país conseguiu, neste últimos anos, “não fazer da crise um pretexto para adiar, para transigir, para hesitar” em fazer o que tinha de ser feito na área da energia.

“Fizemos da crise uma razão adicional para ousar e para liderar as reformas na área da energia, como na área do gás, das energias renováveis, na eficiência energética, no sector eléctrico, na fiscalidade verde, nas interligações”, adiantou Moreira da Silva, acrescentando que tal “permitiu que Portugal não só exhibisse resultados muito relevantes ao nível do seu desempenho energético como também tem sido reconhecido como um país verde”.

E deu exemplos: “Conseguimos passar de 45 por cento para 62 por cento o peso das energias renováveis na electricidade nos últimos três anos e baixar a nossa dependência energética para um nível recorde. Está em 71 por cento quando em 2005 se situava nos 90 por cento”.

Estiveram também presentes na abertura da conferência o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, o secretário executivo da CPLP, Murade Murargy, o presidente da confederação empresarial da CPLP, Salimo Abdula, e o presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras.

A primeira Conferência Energia para o Desenvolvimento da CPLP pretende valorizar este espaço geográfico para se afirmar como actor global do mapa da energia mundial através de uma valorização do papel político, económico e financeiro do sector. Além disso, quer reconhecer o potencial geoestratégico e geopolítico do sector à escala global e incrementar e melhorar as parcerias, o ambiente de negócios, o investimento e os modelos de cooperação.

Reforçar as relações económicas na comunidade lusófona

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, divulgou, em Lisboa, que Portugal defende um aprofundamento do sector económico nas relações dos países-membros da CPLP, mas sem esquecer a importância identitária da língua portuguesa. “A vertente económica nas relações da CPLP poderá afirmar-se através de plataformas de coordenação ao nível dos governos, instituições científicas e empresas, envolvendo também os países observadores em áreas transversais, tais como energia, (...) mas também das telecomunicações, transportes marítimos e aéreos, sector portuário, os mercados de capitais, a economia do mar”, sublinhou Rui Machete, na I Conferência Energia para o Desenvolvimento da CPLP, que se realizou nos dias 24 e 25 de Junho, no Centro de Congressos do Estoril.

Para Rui Machete, esta conferência de hoje “é o fórum privilegiado para uma reflexão sobre a dimensão geopolítica e económica dos recursos energéticos da CPLP, numa época em que quase diariamente se assiste à inclusão de inovações tecnológicas neste sector e as relações estabelecidas entre os países, as instituições internacionais e os grandes decisores empresariais encontram-se em acelerada transformação”.

O ministro lembrou ainda que “2,8 por cento da produção mundial de energia originária de fontes fósseis e renováveis foram asseguradas por países da CPLP”. “Se considerarmos as reservas comprovadas de gás e petróleo, estima-se que o espaço CPLP no seu conjunto, ocupa hoje o sétimo lugar do ranking mundial de produtores de hidrocarbonetos, com perspectivas de melhorar o seu posicionamento até o quarto lugar em 2025”, afirmou.

De acordo com Machete, “metade das novas descobertas de gás e petróleo no mundo estão localizadas em países da CPLP, conferindo a esta comunidade uma importância estratégica incontornável”.

“A temática da energia está na ordem do dia e é fundamental que a CPLP se constitua um factor agregador de produtores e consumidores, tanto ao nível dos Estados como das empresas, e tal poderá representar um enorme impacto quer do ponto de vista económico, quer sob aspectos técnicos e de segurança energética”, referiu ainda.

O ministro declarou que os membros da CPLP estão “empenhados na dinamização da comunidade, não ape-

nas da difusão e valorização da língua, mas também no aprofundamento do sector económico, “que constituem uma oportunidade de desenvolvimento para todos os seus membros, incluindo também os Estados observadores que potenciam a sua capacidade de intervenção”.

Rui Machete referiu que Portugal está a acompanhar “com muito interesse” o projecto do Governo de Timor-Leste de promover um consórcio de empresas de países da CPLP para a exploração energética na área do petróleo.

Por outro lado, o secretário executivo da CPLP, Murade Murargy, disse que a organização lusófona pretende “valorizar o papel económico, financeiro e político do sector da energia no bloco lusófono e reconhecer o potencial geoestratégico do sector à escala global”. “A CPLP já está a articular um grupo técnico de estudo aberto à participação dos Estados-membros para a exploração conjunta de hidrocarbonetos no espaço da CPLP. Trata-se de um consórcio para a exploração petrolífera no off shore de Timor-Leste”, disse Murargy, avaliando que será uma iniciativa que trará muitos benefícios para os países do grupo lusófono.



Hospitais com critérios de qualidade aumentaram entre 2012 e 2015

A grande maioria dos hospitais avaliados pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS) cumpre os critérios de qualidade exigidos, tendo havido um aumento de 23 por cento das unidades que atingiram o primeiro nível de avaliação entre 2012 e 2015. Segundo resultados divulgados pela ERS, o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) abrange actualmente 163 estabelecimentos hospitalares públicos, privados e do sector social, mas só 130 são avaliados na dimensão da excelência clínica. Dos 130 estabelecimentos avaliados, 82 por cento demonstraram cumprir os critérios de qualidade exigidos, tendo obtido a 'estrela' do primeiro nível de avaliação. Seis unidades não obtiveram a 'estrela' deste primeiro nível de avaliação por não ter sido possível aferir todos os requisitos de qualidade exigidos pelo regulador. Outros 15 prestadores optaram por não se submeter a avaliação, não tendo enviado quaisquer dados relativos ao período em análise. Segundo a ERS, os prestadores que atingiram o primeiro nível de avaliação mostraram um aumento de 23 por cento de 2012 para 2015, subida que se verificou tanto no sector público, como no privado e social. O sector público foi o que registou uma subida mais acentuada dos hospitais que atingiram avaliação em excelência clínica, passando de 29 por cento em 2012 para 40 por cento em 2015. A ERS faz ainda uma avaliação num segundo nível às unidades hospitalares, estabelecendo um 'ranking' por três níveis de qualidade relativamente a várias áreas e, como cirurgia de ambulatório, ortopedia, ginecologia, enfarte agudo do miocárdio ou obstetrícia. Comparando com a última avaliação, feita em Dezembro do ano pas-



sado, houve um aumento do número de hospitais com nível de qualidade IIII (superior) nas áreas do enfarte agudo do miocárdio, da cirurgia do cólon e de obstetrícia. O regulador sublinha que têm melhorado nas unidades

de saúde os indicadores relativos à infecção hospitalar. Os atuais resultados do SINAS Hospitais, que é publicado semestralmente, reportam-se a episódios com alta entre 1 de Julho de 2013 e 30 de Junho de 2014.

Parlamento Europeu aprova Plano Juncker



garantia e a confiança do Plano Juncker".

Ao longo dos próximos três anos, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos prevê mobilizar, pelo menos, 315 mil milhões de euros, permitindo a Europa crescer sem criar nova dívida. O objectivo é mobilizar 240 milhões de euros para investimentos e 75 mil milhões na espinha dorsal da economia, com particular incidência nas PME, que representam dois terços dos postos de trabalho no sector privado e 99 por cento do tecido empresarial na Europa.

Explicando o futuro funcionamento do FEIE, que classificou como "desafiador e estimulante", José Manuel Fernandes frisou a complementaridade de "um fundo inovador" que, "sem restrições de alocação por regiões ou temas", salvaguarda "uma atenção especial à coesão territorial como critério de elegibilidade".

José Manuel Fernandes frisou ainda que o FEIE fica aberto a "apoiar projectos viáveis que não encontrem suporte nos fundos e programas actuais ou nos mercados financeiros". Além disso, cobre as mais diversas áreas, "desde a investigação, a banda larga e a eficiência energética, assim como a educação, a saúde o turismo e as infra-estruturas".

O coordenador do PPE na comissão dos orçamentos enalteceu ainda o facto de, na captação de verbas de outros programas para financiar o novo Plano, se ter conseguido diminuir em mil milhões de euros o impacto dos cortes no Horizonte 2020 e no Mecanismo Interligar a Europa. Nesse âmbito, ficou o compromisso de prosseguir o trabalho para, "em cada procedimento orçamental", procurar "reduzir ao máximo" a captação de verbas àqueles programas. "Este fundo prova que os políticos não devem ser os agentes de criação de emprego, mas tudo devem fazer para propiciar condições à criação de emprego", assumiu José Manuel Fernandes, destacando ainda a demonstração da importância da partilha, através de um fundo que se alicerça sobre garantias da União Europeia, dos Estados-Membros e do Banco Europeu de Investimento.

"É o momento certo para investir na Europa". O desafio foi lançado pelo eurodeputado José Manuel Fernandes, co-relator do Parlamento Europeu para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido por "Plano Juncker", que foi aprovado na semana passada, em plenário, com 464 votos a favor, 131 votos contra e 19 abstenções.

Para José Manuel Fernandes, principal negociador da Comissão dos Orçamentos para o FEIE, este plano "elimina parte do risco e atrai investidores para financiar projectos que de outra forma não seriam mobilizados". Por isso, não tem dúvidas de que este "é o momento certo para investir na Europa".

Num desafio lançado aos empresários, empreendedores e investidores, sublinhou que "é tempo agora de apresentar projectos e começar a usar este fundo", mostrando-se confiante no impacto determinante do "Plano Juncker", para fortalecer a competitividade das empresas europeias, de forma especial as PME, o crescimento económico e a criação de emprego.

Na defesa do documento em plenário, o eurodeputado do PSD destacou a capacidade do Parlamento Europeu ter conseguido, nas negociações com o Conselho e a Comissão Europeia e após muitas horas de reuniões de trabalho, vingar argumentos muito importantes para "reforçar a credibilidade, a

Conselho de Ministros de 25 de Junho de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infra-estruturas - PETI3+, para o horizonte 2014-2020.

Esta versão final integra a aprovação de uma Declaração Ambiental proposta pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que conduziu a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), incluindo uma fase de consulta pública.

Da Declaração Ambiental hoje aprovada destaca-se a recomendação de incorporação, nas metas do PETI3+ para 2020, de objectivos de redução de emissões de CO2 em -247kT, redução de emissões de NOx em -0,32kT e redução de emissões de partículas em -0,031kT.

O PETI3+ estabelece um conjunto de projectos prioritários de transportes e infra-estruturas que totalizam 6.067 milhões de euros de investimento, concretizando a implementação progressiva das Redes Transeuropeias de Transportes, com especial enfoque nos sectores ferroviário e marítimo-portuário, críticos para o aumento da competitividade das exportações portuguesas para a Europa e resto do mundo, mobilizando para o efeito fontes de financiamento públicas, comunitárias e privadas.

O PETI3+ estabelece, ainda, a continuação das reformas estruturais a empreender neste sector, por forma a aumentar a sua competitividade, sustentabilidade e concorrência, bem como a criação de valor para a economia nacional.

2. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que institui no território nacional o novo Sistema de Seguros Agrícolas (SSA).

Este sistema caracteriza-se pela atribuição de apoios à contratação de seguros agrícolas, possibilitando o recurso a financiamento da União Europeia, traduzindo assim uma redução de despesa do orçamento nacional, tornando-o mais atractivo quer para os agricultores, quer para as seguradoras.

É contemplado um leque mais alargado de eventualidades cobertas, abrangendo os seguros de colheitas, de animais e de plantas, o seguro vitícola de colheitas e o seguro de colheitas de frutas e produtos hortícolas no âmbito dos fundos agrícolas europeus.

3. O Conselho de Ministros determinou a elaboração do Plano Estratégico Cultural da Área de Belém, zona de Lisboa que concentra um vasto conjunto de equipamentos culturais, museus e monumentos, bem como jardins.

A elevada qualidade e a diversidade dos activos culturais que se concentram na área de Belém, conjugados com a beleza natural da foz do rio Tejo, e com o facto de se tratar de um destino privilegiado de visitantes nacionais e estrangeiros, apresenta um potencial de crescimento que importa mobilizar para a criação sustentada de riqueza e de emprego.

A concepção e a implementação de uma estratégia cultural integrada de desenvolvimento da área de Belém envolverá as diferentes entidades responsáveis pelos museus, jardins, monumentos e equipamentos culturais, e é confiada a uma estrutura de missão, com o objectivo de assegurar a utilização eficiente de recursos.

Esta estrutura de missão fica na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, designada por Estrutura de Missão da Estratégia Integrada de Belém, que tem por missão coordenar a elaboração do Plano Estratégico Cultural da Área de Belém e promover a respectiva implementação.

4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que estabelece as medidas nacionais de conservação dos recursos vivos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição portuguesas, bem como do diploma que estabelece os requisitos e condições para a instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e ainda as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças.

São revistas as normas relativas aos requisitos e características técnicas das embarcações, bem como as normas referentes à marcação e sinalização de artes de pesca, adaptando-as à regulamentação da União Europeia, sem prejuízo de regras específicas para a pesca no mar territorial, águas interiores marítimas e águas interiores não-marítimas.

No caso da pesca com arte xávega, são ainda aprovadas medidas relacionadas com o comprimento das embarcações e a potência do motor, de modo a permitir-lhes operar com maior segurança em zonas de navegação adversa.

5. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

As alterações agora introduzidas resultam da experiência adquirida ao longo de seis anos no decurso da actividade desenvolvida pela entidade nacional e pelas entidades regionais da RAN, a elaboração de novas cartas da RAN no âmbito dos planos directores municipais de segunda geração, bem como a própria evolução procedimental e normativa em sede de ordenamento do território.

Em matéria de acompanhamento e aprovação da proposta de delimitação da RAN no âmbito da formação de planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal, procede-se a uma simplificação procedimental quando ocorre a consulta da entidade nacional da RAN.

6. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas para estabelecer em Guimarães uma Unidade Operacional de Governação Electrónica Orientada para Políticas da Universidade das Nações Unidas.

É também aprovado o modelo de governação e funcionamento desta unidade.

O estabelecimento desta Unidade Operacional assume grande relevância, na medida em que contribui para promover o posicionamento de Portugal na vanguarda da transformação dos mecanismos de governação e da capacitação eficaz de governação através de aplicações estratégicas de tecnologias de informação e comunicação.

A Unidade Operacional localizar-se-á na Universidade do Minho, instituição com larga experiência nestas áreas.

7. O Conselho de Ministros alterou o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, no quadro de acção comunitária no domínio da política para o meio marinho (Directiva-Quadro Estratégia Marinha).

Esta alteração visa reforçar o acompanhamento da aplicação das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho, desenvolvendo os instrumentos para esse acompanhamento.

8. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva de execução da União Europeia, relativa às regras comuns para as organizações de vistoria e inspecção de navios, na sequência da adopção pela Organização Marítima Internacional de determinados códigos e de emendas a convenções e protocolos.

9. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que assegura a execução e garante o cumprimento de um Regulamento da União Europeia relativo ao controlo de salmónelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar.

10. O Conselho de Ministros aprovou alterações ao diploma que transpõe as directivas da União Europeia relativas ao Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas e à comercialização de sementes de produtos hortícolas, na parte respeitante ao Catálogo Comum de Variedades de Espécies Hortícolas, dando cumprimento a uma nova directiva de execução.

11. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração da orgânica da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, da orgânica da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da orgânica da Direcção-Geral do Território.

Estas alterações têm como objectivo a prestação centralizada de serviços comuns aos serviços da administração directa integrados no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE), a qual passa a ser assegurada pela Secretaria-Geral do MAOTE.

12. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital Distrital de Santarém, E.P.E..

É assegurada a continuidade de funções dos atuais quatro membros do referido conselho de administração e designado um novo membro em cargo não provido no anterior mandato.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

Maioria apresenta projecto que aplica taxas moderadoras à IVG

O vice-presidente da bancada do PSD, Miguel Santos, admite que exista tempo para legislar o pagamento de taxas moderadoras em caso de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) ainda esta legislatura, acabando com a isenção em vigor. Miguel Santos sublinha que a avaliação que o PSD está a fazer da iniciativa legislativa de cidadãos pelo "Direito a nascer" está concentrada na questão das taxas moderadoras, afirmando que não há conclusões relativamente a inúmeras outras medidas propostas da iniciativa, como tornar obrigatório que a mulher veja e assine a ecografia antes da IVG. "A avaliação está concentrada na questão das taxas moderadoras", declarou Miguel Santos.

Questionado sobre se existe tempo até ao final da legislatura para um projecto de lei fazer o percurso entre a discussão na generalidade, na especialidade e votação final global, Miguel Santos respondeu: "Tem de ser. Nós no dia 3 de Julho temos o debate da iniciativa legislativa dos cidadãos".

"Vamos ver como é que o parlamento se comporta, todos os grupos parlamentares, e, para além de todos os grupos parlamentares, todos os deputados dentro de cada grupo parlamentar", acrescentou.

A conferência de líderes parlamentar tinha decidido no dia 17 deste mês não agendar a discussão desta iniciativa legislativa de cidadãos, propondo que transitasse para a legislatura seguinte, o que foi decidido com o acordo de todos os partidos. O presidente da Assembleia em exercício na altura, Guilherme Silva (Assunção Esteves estava em visita oficial à Guiné-Bissau) ficou incumbido de comunicar aos proponentes, explicando-lhes que a iniciativa caducava caso fosse discutida na generalidade e depois o processo legislativo não fosse concluído na especialidade e com votação final global.

Miguel Santos, que coordena o PSD na comissão parlamentar de Saúde, reconhece que a matéria provocará "seguramente posições diversas" entre os parlamentos sociais-democratas, considerando que "terão todos a oportunidade de se expressar". "Há uma oportunidade que é criada, tem de se reconhecer isso, mesmo quem discorde. Esta iniciativa legislativa de cidadãos abre um enquadramento e uma oportunidade que já existia há muito tempo. Há três, quatro anos que vêm sendo produzidos estudos sobre a avaliação da aplicação da IVG", argumentou.

Para Miguel Santos, "há questões que são de considerar, nomeadamente, a utilização que é feita - por uma minoria, é verdade -, da prática de IVG como método contraceptivo", que "é uma subversão da lei e do espírito da lei". "Temos seis milhões de isentos de pagamento de taxas moderadoras pelos outros critérios que estão estabelecidos na lei. Mesmo que venham a ser aplicadas taxas moderadoras a questão do acesso fica salvaguardada porque as pessoas se não preencherem um requisito podem preencher outros requisitos, nomeadamente a questão económica".

O projecto de lei de PSD e CDS vai equiparar a IVG a qualquer acto médico, ficando sujeita às regras gerais de isenção de taxas moderadoras.



Relatório reafirma tese de atentado à tragédia de Camarate



O relatório final da X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate reafirma a tese de atentado e aponta "lacunas" à actuação da Polícia Judiciária (PJ) e da Procuradoria-Geral da República (PGR). O documento poderá ainda incorporar algumas sugestões de alteração, já expressas pelos grupos parlamentares de CDS-PP, PCP e também pelos representantes dos familiares das vítimas. "A queda do avião em Camarate, na noite de 4 de Dezembro, deveu-se a um atentado", lê-se nas conclusões finais do texto, cujo deputado relator foi o social-democrata Pedro do Ó Ramos.

O inquérito voltou a debruçar-se sobre a noite os acontecimentos do final de 1980, em plena campanha

presidencial, na qual a Aliança Democrática (PPD/PSD, CDS e PPM) apoiava Soares Carneiro, derrotado posteriormente por Ramalho Eanes. Há 35 anos, o então primeiro-ministro e o seu ministro da Defesa, respectivamente Sá Carneiro (PPD) e Amaro da Costa (CDS), morreram, tal como a tripulação e restante comitiva, a bordo de um Cessna 421 A, despenhado pouco depois de levantar voo de Lisboa, rumo ao Porto, para um comício.

O relatório realça também que "foi evidenciado, com elevado grau de confiança, que José Moreira e Elisabete Silva foram assassinados no início de Janeiro de 1983". O dono do avião utilizado na campanha presidencial de 1980, José Moreira, e sua companheira foram encontrados mortos no seu apartamento, em Carnaxide, em 5 de Janeiro de 1983, dias antes de aquele engenheiro ir testemunhar, também em comissão parlamentar de inquérito, sobre a queda do bimotor norte-americano, depois de ter afirmado possuir informações relevantes sobre o assunto.

"A actuação da PJ na investigação à morte de José Moreira e Elisabete Silva foi deficiente e apresentou lacunas inequívocas, sendo difícil crer que se tenha devido, apenas, a eventuais descuidos", refere o documento.

Ainda segundo o texto, "a actuação da PGR, designadamente no inquérito disciplinar de 1992 à actuação da PJ e do Instituto de Medicina Legal, no caso da morte de José Moreira e Elisabete Silva, foi, também ela deficitária, com

gritantes e evidentes lacunas, sendo igualmente difícil crer que se tenha devido, apenas, a eventuais descuidos".

Todavia, a comissão de inquérito conclui que "não foi possível estabelecer um nexo de causalidade entre a sua morte (José Moreira) e o atentado que vitimou, entre outros, o Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa".

Relativamente ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar, cujas supostas irregularidades estariam a ser investigadas na altura por Amaro da Costa, o documento reconhece que o mesmo "permaneceu activo, sob a forma de um fundo privativo até 1993, tendo sido utilizados cerca de 481 milhões de escudos neste período sem qualquer escrutínio". "O saldo inicial do fundo privativo, em 1981, e calculado aos dias de hoje, equivaleria a cerca de 30 milhões de euros. O saldo final, em 1993, corresponderia a cerca de 25 mil euros", lê-se.

O relatório confirma ainda "o transbordo de armas para o Irão em 1980 e a exportação de armas para o mesmo país, pelo menos, em 1980 e 1981, mesmo após o corte de relações comerciais e com a inexistência de autorização de exportação de armamento por parte do Ministro da Defesa".

A comissão parlamentar de inquérito recomenda ainda à Assembleia da República "a digitalização de todo o espólio documental relativo ao atentado e posterior colocação de todo o acervo no sítio oficial do Parlamento".

Escolas açorianas estão apreensivas com programa Pró-Sucesso



O PSD/Açores deu voz à forma “apreensiva” como grande parte das escolas açorianas está a encarar a execução do Programa Pró-Sucesso, considerando que “o período que medeia o encerramento deste ano lectivo e o

início do próximo é muito curto para os estabelecimentos de ensino prepararem uma realidade que se pretende renovada”, manifestou a deputada Judite Parreira. A social-democrata falava após uma reunião com o Con-

selho Executivo da Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo, onde confirmou que essa é uma opinião partilhada por muitas escolas, que estão preocupadas com a escassez de tempo, de forma a implementar o programa. “Assim, o próximo ano, será um ano de experiência para as escolas, e não uma altura para poderem apresentar resultados”, adiantou

Tomando como indicador regional, uma “grave” taxa de abandono escolar precoce acima dos 30 por cento, Judite Parreira diz que o Pró-Sucesso “é um conjunto de boas intenções, feito por pessoas com muita competência e muitas capacidades, mas convém frisar que, para que possa ser operacionalizado, são necessários recursos”.

E é nessa vertente que a deputada do PSD/Açores aponta o dedo à tutela regional, referindo que “é necessária uma acção muito forte também por parte das famílias, e aí tem de haver uma aposta para pôr as famílias a trabalhar em parceria com as escolas, combatendo de forma plena o grave insucesso escolar que vivemos.”

Para Judite Parreira, “a Secretaria regional tem aí um grande desafio, que passa por sensibilizar as famílias açorianas para um trabalho de conjunto, de forma a salvaguardar os interesses dos alunos e a integrar de outra forma muitos agregados desestruturados, que não têm conseguido acompanhar os seus filhos”.

A parlamentar entende que “esse é, de facto, o grande desafio, pois não serão apenas a teoria e as intenções a poder mudar uma situação que é grave e que, como temos vindo a alertar, os governos socialistas descuuraram durante tempo demais”.

Governo regional discrimina Juntas de Freguesia

O PSD/Açores denuncia a forma “discriminatória” como o governo regional trata as juntas de freguesia das diferentes ilhas, querendo explicações sobre o que considera ser “uma discriminação inaceitável, imprópria numa verdadeira democracia, mas que passou, descaradamente, a assumir letra de lei”, diz o deputado José Andrade. “Um governo tem que ser de todos e para todos. Não pode ter filhos e enteados. Infelizmente, uma coisa é o que todos defendem na teoria dos princípios, outra coisa é o que alguns fazem na prática das actuações”, alerta o social-democrata.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, José Andrade refere os recentes apoios oficiais do governo socialista às juntas de freguesia, em que a Secretaria Regional de Turismo e Transportes atribuiu apoios financeiros de quase um milhão de euros a 45 Juntas de Freguesia. “Destas 45 Freguesias, 42 têm Juntas do PS, 2 do PSD e 1 de um Grupo de Cidadãos. Dos 996.500 euros distribuídos, 935 mil foram para Juntas do PS, 31.500 para Juntas do PSD e 30.000 para uma Junta apartidária. As Juntas do PS receberam assim 93,8% dos apoios distribuídos”, concretiza o deputado. “O facto é que as Juntas do PS representam apenas 57,4 por cento de todas as Juntas dos Açores. Mas, na prática, quase metade das juntas recebem a quase totalidade dos apoios. E essa é uma discriminação partidária inadmissível e que deve ser denunciada”, acrescenta.

“Embora formado e suportado pelo PS, o governo açoriano está rigorosamente obrigado a respeitar e a cumprir, por razões institucionais e morais, uma conduta suprapartidária de tratamento igualitário e transparente”, critica José Andrade.

O deputado apresenta “um exemplo concreto”, referindo que “a Secretaria Regional do Turismo e Transportes



atribuiu 1500 euros à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, enquanto concedeu 84 mil euros à Junta de Freguesia da Ribeirinha (Angra do Heroísmo) e 90 mil euros à Junta de Freguesia da Vila Nova (Praia da Vitória)”. “É preciso lembrar que o Governo não é do PS. O Governo é dos Açores e tem, por isso a obrigação de não discriminar. Como o faz, tem a obrigação de se justificar, daí a nosso pedido de explicações”.

Para José Andrade, “estas discriminações assumidas, e, certamente, tantas outras disfarçadas, são cometidas com o dinheiro de todos nós por um governo que devia ser de todos mas prefere apenas apoiar alguns”. E conclui, sublinhando que “os números falam por si, pois foram apoiadas 42 das 89 Juntas que são da mesma cor do Governo, sendo apenas apoiadas 3 das 66 Juntas que não são da mesma cor do Governo”.

Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

CAVACO SILVA NO ENCERRAMENTO DO DEBATE DA MOÇÃO DE CONFIANÇA

SABEMOS QUE JÁ FIZEMOS MUITO TEMOS IMPACIÊNCIA DE FAZER MAIS



MENSAGEM DE CAVACO SILVA AO PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

Ao celebrarem-se dez anos após o início do processo de autonomia político-administrativa da Madeira gostaria, na pessoa de Vossa Excelência, saudar os órgãos de Governo próprio e o povo da Região Autónoma da Madeira por este significativo marco na vida política portuguesa.

Como refere o programa de Governo, a autonomia constitucional da Madeira constitui a solução adequada para os problemas específicos da Região. A experiência política dos últimos dez anos traduz a consolidação da autonomia no quadro da unidade nacional e reflecte as vantagens e a utilidade de uma adequada estruturação do processo autonómico integrado no contexto, para todos indiscutível, da soberania do Estado.

Estes dez anos que decorreram são bem a prova da vitalidade das instituições da Região Autónoma da Madeira, da capacidade dos seus órgãos de Governo próprio, da qualidade do seu povo.

Mas são igualmente o exemplo de como o reforço da solidariedade entre os portugueses é indispensável para o progresso e desenvolvimento de todo o território nacional.

Quero ainda saudar especialmente os madeirenses que integram as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Pelo seu esforço, constituem um símbolo do dinamismo, determinação e capacidade de iniciativa do povo português, contribuindo de forma decisiva para a nova realidade não apenas da Madeira mas de todo o País.

Lisboa, 1 de Julho de 1986

Aníbal A. Cavaco Silva

- O poder de compra dos salários e das pensões, que baixaram acentuadamente nos últimos anos, regista este ano uma subida significativa
- A taxa de inflação registará este ano o seu valor mais baixo desde 1974

Quando em Novembro de 1985 tomámos posse dos cargos que hoje desempenhamos não ignorávamos, como se calcula, as dificuldades que iríamos enfrentar.

Formámos Governo porque vencemos as eleições de 6 de Outubro. Para todos aqueles que professam os valores, princípios e regras da democracia, essa vitória, traduzida na posse conferida pelo então Presidente da República e na investidura obtida nesta Assembleia, concede o título de plena legitimidade em que assenta este Governo.

Nestas eleições, como hoje é comumente reconhecido e como disse na intervenção de apresentação do programa do Governo, um novo ciclo se abriu na democracia portuguesa e, mais concretamente, no sistema partidário.

Nenhum outro partido

mostrou disponibilidade para participar na construção de uma solução governativa com suporte parlamentar maioritário a que não faltasse coerência. A generalidade dos sectores políticos democráticos sustentaram a tese de que o PSD, partido claramente vencedor das eleições, deveria assumir, sózinho, as responsabilidades da governação.

E não hesitámos. Não fugimos às nossas responsabilidades. Formámos Governo e começámos a trabalhar.

Formámos Governo sem demoras e, também rapidamente, apresentámos o nosso programa a esta Assembleia.

É um programa que não foi elaborado para conseguir compromissos de conveniência ou equilíbrios conjunturais. Os grandes critérios que nortearam a sua feitura foram o da adequação aos interesses

nacionais, o da possibilidade efectiva — naquilo que de nós depende — do seu cumprimento e o da fidelidade integral aos compromissos assumidos perante o eleitorado.

Este último aspecto é para mim muito importante. Refiro-o sempre, e merece que me detenha um pouco mais sobre ele.

Sei que alguns se surpreendem e se agastam quando nos ouvem expressar essa constante preocupação.

Para além do valor do princípio em si mesmo, consideramos que a fidelidade aos compromissos assumidos é um instrumento indispensável para que os eleitores tenham um sentimento firme da eficácia do seu voto.

Não chega, não pode chegar ao cidadão eleitor, saber

(Continua na página 3)

Edição n.º 617 do "Povo Livre", de 2 de Julho de 1986.

Manchete: "Cavaco Silva no encerramento do debate da moção de confiança: Sabemos que já fizemos muito, temos impaciência de fazer mais". Vítor Crespo era o director do "Povo Livre".



O desafio das PME

Jaime Quesado (*)

O segundo semestre deste ano vai ter desafios diferentes para a Economia Portuguesa – será também muito o tempo das PME. Compete de facto muito às PME a liderança do Processo de Mudança da nossa Economia. Impõem-se PME capazes de projectar no país uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e aposta na criatividade. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, as Empresas não podem demorar. Têm que se assumir como actores “perturbadores” do sistema, induzindo na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação que lhe conferirão um desejado estatuto de centralidade e sobretudo de inequívoca liderança no processo de mudança em curso.

A aposta nas PME constitui um compromisso de mudança. Tem que assentar numa verdadeira dimensão colaborativa de mobilização dos “Actores da Mudança” (Empresários, Académicos, Empreendedores) para uma acção de base colectiva de reinvenção estratégica da base competitiva nacional. Trata-se dum contributo que se pretende possa ter efeitos de alavancagem na percepção da necessidade de reinventar a Economia Nacional. Pretende-se consolidar uma ideia de marca, solidificar as bases de um projecto, protagonizar novas soluções com novas respostas para questões que teimam em ser as mesmas de há muito tempo a esta parte. As PME são a nova resposta para as perguntas que hoje existem na sociedade portuguesa.

As PME têm que se assumir como o ponto de partida e de chegada de uma nova dimensão da competitividade em Portugal. Assumido o compromisso estratégico da aposta na inovação e conhecimento, estabilizada a “ideia colectiva” de fazer do valor e criatividade a chave da inserção das empresas, produtos e serviços portugueses no mercado global, compete às Empresas a tarefa maior de saber protagonizar o papel simultâneo de actor indutor da mudança e agregador de tendências. As TIC desempenham nesse âmbito um papel central, pelo efeito de modernidade estratégica que provocam em termos internos e externos.

As PME são um desafio à capacidade de mudança de Portugal. Porque as PME são um percurso possível decisivo na nossa matriz social, o sucesso com que conseguir assumir este novo desafio que tem pela frente será também em grande medida o sucesso com que o país será capaz de enfrentar os exigentes compromissos da Globalização e do Conhecimento. As PME têm que assumir dimensão global ao nível da geração de conhecimento, valor, mas também de imposição de padrões sociais e culturais. As PME têm que ser o grande Actor da Mudança que se quer para Portugal.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir, no próximo dia 10 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede sita Rua Francisco Oliveira nº 9, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Informações;
 - 2 - Análise da situação política.

AMARANTE Alteração de data

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se a Assembleia de Secção de Amarante para reunir no próximo dia 08 de Julho de 2015 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Análise da situação nacional e ano político 2015
 - 2 - Análise da situação política concelhia
 - 3 - Outros assuntos.

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arouca, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no cine-estúdio dos Bombeiros Voluntários de Arouca, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários de Arouca, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
- 1 - Eleições Legislativas 2015
 - 2 - Análise da situação política local
 - 3 - Outros assuntos

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Cinfães, para reunir, no próximo dia 18 de Julho de 2015, (sábado) pelas 15h30, no edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política
 - 2 - Outros assuntos

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Figueira da Foz, para reunir, no próximo dia 10 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede sita Rua da Liberdade, nº6, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Lourinhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Julho de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Eng. Adelino Amaro da Costa, 4 cave, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política local e nacional
 - 2 - Outros assuntos

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Maia, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, sede, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política;
 - 2 - Diversos.

NÚCLEO DE RIBEIRÃO / VILA NOVA DE FAMILIÇÃO Alteração do horário de votação

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia do núcleo de Ribeirão - Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 22 de Julho de 2015, (quarta- feira) pelas 18h30, na sede da Junta de freguesia de Ribeirão, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
- Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h30 às 23h00

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Julho de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, nº 46, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto único – Legislativas 2015 - Análise da situação política



**Alteração
II CONSELHO NACIONAL DA JSD**

Ao abrigo dos Estatutos e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Nacional da JSD para reunir no dia 11 de Julho de 2015, pelas 15h, no Seminário Nossa Senhora de Fátima, sito no Largo Padre Adriano Pedrali, 2610-129 Alfragide, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Informações;
- 2) Aprovação dos elementos da JSD a indicar como candidatos a Deputados do PSD à Assembleia da República;
- 3) Apresentação e aprovação das linhas programáticas para os Deputados da JSD na nova legislatura;
- 4) Análise da situação política;
- 5) Outros assuntos.

**I CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DA CPD DA
JSD DE CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, para reunir, ordinariamente, no dia 18 de Julho de 2015, sábado, pelas 15h, na Rua da Biblioteca nº1, 6110 Vila de Rei, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I - Período de "Antes da Ordem do Dia":
 1. Apresentação do Programa da JSD para as eleições legislativas.
- II - Período da "Ordem do Dia":
 1. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Comissão Política Distrital sobre a atividade da JSD na região;
 2. Votação do Plano de Atividades da JSD Distrital de Castelo Branco;
 3. Apresentação dos Planos e dos Relatórios de
 4. Atividades das Comissões Políticas Concelhias;
 5. Apresentação do Relatório de Contas do III Congresso Distrital;
 6. Votação da proposta de Regulamento Interno;
 7. Nomeação dos Secretários-Gerais Adjuntos;

8. Votação das moções aos seguintes Gabinetes de apoio à Comissão Política Distrital e nomeação dos respectivos Coordenadores:

- (i) Formação;
 - (ii) Estudos;
 - (iii) Comunicação e Imagem;
 - (iv) Ensino Básico e Secundário;
 - (v) Ensino Superior;
 - (i) Autárquico e de Preparação Política;
8. Aprovação dos nomes a propor ao Conselho Nacional para candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Castelo Branco.
- III - Período de "Intervenção do Público".

Notas:

O Período de "Antes da Ordem do Dia" poderá contar com a presença de elementos da Comissão Política Nacional;

Os Planos e Relatórios de Atividades – quer concelhios, quer distritais – bem como o Regulamento Interno e as Moções dos Gabinetes, devem ser enviados, até aos cinco dias que antecedem a data do Conselho, para o seguinte endereço: jsd.distrital.castelobranco@gmail.com.

